

HABEAS CORPUS Nº 502.925 - SP (2019/0098132-8)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : PAULO VALILI NETO E OUTRO
ADVOGADOS : PAULO VALILI NETO - SP0374203
VANESSA ROMÃO CORRÊA - SP375846
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAYCON ANTONIO LUPPI (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de **MAYCON ANTONIO LUPPI**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O paciente foi processado e condenado à pena privativa de liberdade de 6 anos de reclusão no regime inicial fechado, como incurso tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, no dia 22/1/2018.

Sustenta o impetrante excesso de prazo no julgamento do recurso de apelação. Salienta que o paciente foi condenado à pena de 6 anos de reclusão no dia 20/1/2018, contra a decisão condenatória foi interposta apelação, que se encontra há mais de 438 dias sem o devido julgamento.

Destaca que "foi interposto recurso de apelação no dia 9/3/2018, sendo recebido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no dia 26/3/2018, e distribuída para a 7ª Câmara de Direito Criminal, no dia 13/4/2018". Mas o processo está concluso para julgamento desde o dia 5/6/2018 e encontra-se paralisado sem nenhuma explicação.

Requer seja concedida a ordem, em sede de medida liminar, determinando que o Tribunal de origem coloque o processo em pauta com urgência, para imediato julgamento do recurso de apelação do paciente.

Informações às fls. 59-61 (e-STJ).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem, com recomendação ao Tribunal de origem, para que imprima maior celeridade no julgamento do recurso de apelação (e-STJ, fls. 267-269).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

A princípio, a lei processual não estabelece um prazo para o julgamento do recurso de apelação criminal, que deve ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, a fim de se verificar a ocorrência ou não de constrangimento ilegal. Sabe-se que eventual atraso no andamento do feito, por si só, não caracteriza excesso de prazo.

No caso, a apelação foi interposta no dia 9/3/2018, sendo recebida pelo TJSP no dia 26/3/2018 e, conforme informações prestadas, a apelação foi distribuída no dia 13/4/2018 e encaminhada à Procuradoria de Justiça Criminal para manifestação,

tendo retornado no dia 5/6/2018, e no mesmo dia foi para apreciação do Desembargador Relator. Em suma, a tramitação do recurso na primeira e segunda instâncias dura cerca de 1 ano e 2 meses, estando o apelo próximo a ser apreciado, o que não se mostra, em princípio, desarrazoado.

Consoante entendimento firmado por esta Corte, eventual excesso de prazo no julgamento da apelação deve ser aferido em face da quantidade de pena imposta na sentença condenatória, a qual, no caso, foi estabelecida em 6 anos de reclusão. Assim, não há que se falar que eventual atraso no julgamento do apelo defensivo tenha extrapolado os limites da razoabilidade ou da proporcionalidade.

Segundo orientação deste Superior Tribunal, em observância ao princípio da proporcionalidade, "a pena fixada em sentença deve ser levada em consideração quando da análise da razoabilidade da demora para o julgamento da apelação" (HC n. 68.571/PA, SEXTA TURMA, rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, j. 9/10/2007, DJ 29/10/2007).

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes julgados desta Quinta Turma:

"[...]

2. Conforme entendimento pacífico desta Corte Superior, eventual excesso de prazo deve ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, permitido ao Juízo, em hipóteses excepcionais, ante as peculiaridades da causa, a extrapolação dos prazos previstos na lei processual penal, visto que essa aferição não resulta de simples operação aritmética. No caso, o quadro informativo constante dos autos não revela situação excepcional no retardo do processo que foi cadastrado no sistema do Tribunal no dia 27/11/2012, sendo distribuído em 10/12/2012 e concluso ao Relator, com parecer ministerial, no dia 19/11/2013. Ademais, eventual excesso de prazo no julgamento da apelação deve ser aferido em face da quantidade de pena imposta na sentença condenatória, a qual, no caso, foi estabelecida em 14 (catorze) anos de reclusão.

3. *Habeas corpus* não conhecido, com recomendação." (HC 283.563/SP, rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, j. 25/2/2014, DJe 28/3/2014.)

"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. FORMAÇÃO DE QUADRILHA. USO DE DOCUMENTO FALSO. FLAGRANTE CONVERTIDO EM PREVENTIVA. CONDENAÇÃO. VEDAÇÃO DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. ELEVADA QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. GRAVIDADE DOS DELITOS. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROBABILIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE SOCIAL. NECESSIDADE DA PRISÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA.

APLICAÇÃO DE ELEVADA REPRIMENDA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA.

[...] 7. Os prazos para a finalização dos atos processuais não são peremptórios, podendo ser flexibilizados diante das peculiaridades do caso concreto, em atenção e dentro dos limites da razoabilidade.

8. Evidenciado que o intervalo entre a conclusão do recurso de apelação e seu estado atual encontra-se dentro dos critérios da razoabilidade, não se vislumbra, na espécie, manifesto constrangimento ilegal passível de ser sanado pela via eleita, especialmente em se considerando a grande quantidade de pena que foi imposta ao paciente.

9. *Habeas corpus* parcialmente conhecido e, nessa extensão, denegada a ordem.” (HC 305.118/CE, rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, j. 2/12/2014, DJe 19/12/2014.)

Ante o exposto, **denego o *habeas corpus***, recomendando ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a maior brevidade possível para o processamento e o julgamento da apelação criminal já interposta.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator